

## **Desenvolvimento urbano e crédito público: Juiz de Fora – MG (1870-1900)**

Felipe Marinho Duarte<sup>1</sup>

O desenvolvimento da economia cafeeira na Zona da Mata mineira gerou a partir do seu produto principal inúmeros efeitos de encadeamento, entre eles se destaca a formação endógena de poupanças que permitiu não somente a retenção dos recursos financeiros, mas também promoveu uma diversificação da economia local, especialmente da cidade de Juiz de Fora, centro de referência regional. Como parte deste processo houve uma organização do circuito financeiro local, que derivou da existência de oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico.

As transformações urbanas que ocorreram em Juiz de Fora durante a segunda metade do século XIX foram, em grande parte, impulsionadas pelo intenso ritmo de crescimento demográfico e econômico da cidade, perceptível através do significativo aumento no número de habitantes e do coeficiente auferido com a tributação ordinária do município. O desenvolvimento de Juiz de Fora incitava a realização de investimentos por parte da administração municipal, a fim de promover a infraestrutura necessária à vida urbana.

As inúmeras necessidades públicas exigiam da administração local a prestação de determinados serviços urbanos que a iniciativa privada não havia se apropriado como fonte de seus lucros (ex. fornecimento de energia elétrica, transporte urbano e serviços telefônicos). Outros serviços como o abastecimento de água e esgoto de Juiz de Fora ficaram a cargo da Câmara Municipal, que por sua vez utilizou do mercado financeiro local para alavancar recursos extraordinários com o objetivo de investi-los na realização de determinadas obras públicas, para isso, foram emitidos os títulos da dívida pública da cidade de Juiz de Fora.

As apólices da dívida pública, conjuntamente a outros ativos financeiros: debêntures, ações, letras, hipotecas e etc., foram responsáveis pela consolidação do mercado financeiro e mobiliário da cidade, que operava como um mercado primário, ou seja, um mercado de balcão. Esta característica se deve à inexistência de uma Bolsa de Valores em Juiz de Fora, fato que não impediu a realização de transações financeiras a partir de papéis, apesar do caráter informal implícito neste tipo de negociação.

---

<sup>1</sup> DUARTE, Felipe Marinho. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Pesquisador e colaborador do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Econômica e História Regional Comparada - GEPECOM. Artigo apresentado no XVI Seminário sobre Economia Mineira, 16 a 20 de setembro de 2014, Diamantina – MG / Brasil. Contato: fduarte85@hotmail.com

Em outras palavras, como em inúmeras outras realidades históricas, também aqui a delimitação local da economia permitiu que poupanças acumuladas localmente fossem aplicadas no espaço da própria economia regional, delineando o que a nova historiografia das finanças denomina de “circuitos” ou “mercados” financeiros locais e regionais, mais ainda quando são relativamente claros os mecanismos de transferência de recursos dos setores tradicionais (agrícolas) para aqueles modernos (urbano-industrial), que representam a consolidação capitalista. Aqui se encontra uma das principais questões presentes neste trabalho: a importância dos recursos gerados na cafeicultura local para o processo de urbanização do município, em especial na provisão de recursos e financiamento de obras de serviços públicos realizadas pelo poder municipal.

### *Histografia: referência escrita do passado*

A escrita da história sobre a Mata mineira pode ser dividida em pelos menos duas matrizes teórico-explicativas, distintas tanto na forma de apresentação do objeto quanto na metodologia utilizada nas pesquisas. A primeira está relacionada a uma escrita da história produzida por “historiadores” locais, que se debruçaram em documentos oficiais e, em alguns casos, na própria história oral realizando uma descrição, por vezes, laudatória do passado das cidades que compõem a região. Esta produção não se preocupa necessariamente com uma organização metodológica própria da Ciência Histórica, mas com uma apresentação de dados e datas que evidenciem as efemérides e reforçam a memória de determinados mitos e indivíduos.

Em pelo menos um artigo<sup>2</sup>, redigido a quatro mãos, foram realizadas as devidas críticas a esta maneira de escrita da história que se aproxima das propostas teóricas do “positivismo”, apesar de não seguir sua metodologia. Logo, os autores consideram esta forma de apresentação do passado como sendo uma historiografia *tradicional liberal*, tendo em vista que suas ligações com os grupos dominantes locais acaba colaborando para a construção de uma tradição, em alguns casos, utilizando uma narrativa romanesca, apesar do abundante uso de documentos oficiais. O caráter *liberal* desta historiografia advém da aceitação das perspectivas *jusnaturalistas* implícitas no pensamento liberal, assim como a anuência de um processo histórico evolutivo que resultaria, entre outras coisas, na naturalização do processo civilizador.

---

<sup>2</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica. In: *Revista HEERA*. Juiz de Fora, v. 4, n° 6, 2009.

Desta maneira, alguns memorialistas e historiadores antecederam a própria produção acadêmica acerca do passado de Juiz de Fora, seus esforços foram realizados no sentido de revelar e fortalecer as raízes históricas e a própria identidade construída com base no passado da cidade. Desta forma, o Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), fundado em 1956, tornou-se um importante ponto de convergência desta escrita tradicional, que muito colaborou para o desenvolvimento dos estudos que dizem respeito às origens de Juiz de Fora e, por vezes, da região na qual ela se encontra.

Em outros termos, encontramos uma historiografia excessivamente presa à documentos e interpretações oficiais, desprezado, muitas vezes de forma consciente, toda e qualquer participação popular no processo histórico. Apesar de reconhecermos que este tipo de produção historiográfica já vem recebendo duras críticas desde, pelo menos, a década 1960, percebemos, ao mesmo tempo, que essa historiografia vem mantendo-se especialmente no nível regional da produção historiográfica, com razoável força.

Tal fato deve-se ao “uso” pouco crítico que esta *historiografia tradicional* mereceu por parte dos historiadores “profissionais” atuais. Os historiadores *tradicionais* ou foram simplesmente esquecidos, abandonados, e tratados como amadores mais preocupados em catalogar documentos do que em analisá-los ou então utilizados como repositório de fontes que deveriam ser reinterpretadas à luz de novas teorias. Vendo por este ângulo, a historiografia atual deixou de lado o debate historiográfico, fato que levou à cristalização de determinados mitos locais, protagonizando desta maneira uma separação entre os resultados das pesquisas acadêmicas e sua função para mudança da visão que a sociedade faz de si mesma.<sup>3</sup>

A segunda matriz teórico-explicativa trata-se de uma perspectiva apoiada na produção acadêmica, cujos preceitos metodológicos são próprios das Ciências Históricas. Para isso, retomamos nossas reflexões a partir do historiador Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, que se consagrou nos estudos sobre a Zona da Mata mineira quando escreveu um artigo pioneiro para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais no ano de 1962, intitulado *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – Zona da Mata*<sup>4</sup>. Entre todos os apontamentos realizados pelo autor, se destacam os aspectos econômicos e sociais que contribuíram para a formação histórica da região, a partir dos quais o autor defende a ideia de que a Zona da Mata é uma ruptura com o passado barroco das Minas Gerais e a identifica como sendo filha do século XIX, diferentemente da tradição histórica das Minas.

O pensador mexicano Leopoldo Zea advertia, certa feita, que uma das heranças nefastas da não percepção de Hegel na cultura latino-americana é sua incapacidade de criar uma tradição cultural. Como devir cultural no continente se faz através de rupturas bruscas, sem um conveniente diálogo com as produções anteriores, *sem*

---

<sup>3</sup> *Idem.* p. 54.

<sup>4</sup> PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata.* In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte, v. 9. 1962. pp. 189-230.

*superação*, há um afã incontrolado pela perspectiva do novo, que boa parte das vezes novo não é, trata-se ou de mero mimetismo cultural, ou reedição de velhas temáticas e abordagens que não se beneficiam do contato com produções passadas, por se inebriarem com a contemplação de sua suposta novidade. Este padrão comum à elaboração das ciências humanas por estas paragens atinge, também, a definição dos temas que são tratados como relevantes em nossa produção historiográfica. É espantosa a pequena presença de objetos como empresariado, militares, intelectuais, o esvaziamento da história econômica e da referência às estruturas sociais mais amplas na produção historiográfica brasileira recente, em contraste com a multiplicação de estudos que recusam a dimensão macro-explicativa e instauram novos objetos.<sup>5</sup>

Sendo assim, tomamos a história regional como orientação metodológica para o desenvolvimento deste trabalho, esta escolha se baseia na opção por um recorte espacial do objeto, bem como na prática da comparação. A análise histórica comparativa serviu de ferramenta para alguns dos fundadores das Ciências Sociais: Adam Smith, Alexis de Toqueville, Karl Marx, Max Webber, entre outros e no caso da sua aplicação nos estudos regionais ela ajuda a revelar detalhes sobre a constituição dos regionalismos, formação das identidades e do crescimento econômico desigual<sup>6</sup>.

A difusão da história regional possui uma estreita relação com os estudos elaborados pelos integrantes da Escola dos Annales, partindo de uma proposta interdisciplinar para execução de suas pesquisas trouxeram a geografia e a demografia para o debate histórico. No Brasil os estudos regionais se difundiram através das pesquisas agrárias, tais estudos acabaram influenciando a maneira de compreender Minas Gerais<sup>7</sup>.

A partir do final da década de 1970, haverá revisão profunda do entendimento da trajetória da economia mineira no século XIX em que se destacam os trabalhos de Alcyr Lenharo (1979), Roberto Borges Martins (1980 e 1982), Robert Slenes (1985), Douglas Cole Libby (1987) e João Fragoso e Manolo Florentino (1993). Em que pese as divergências, e mesmo o caráter polêmico de algumas destas intervenções, estes textos constroem um novo quadro da economia mineira no século XIX, em que a prostração, a paralisia que quiseram ver como típicas da economia mineira naquele período, cedem lugar à afirmação de uma economia diversificada e dinâmica, nos limites da ordem geral da economia brasileira de então “escravista, exportadora, mercantil e dependente”, como mostrou Celso Furtado, no seu grande, pioneiro e esquecido livro, de 1954, *A economia brasileira*.<sup>8</sup>

A organização do Núcleo de História Regional (NHR) da Universidade Federal de Juiz de Fora somou esforços no sentido de criar uma revista que serviria à divulgação do

<sup>5</sup> DELGADO, Ignácio Godinho. Resenha – A “Europa dos Pobres” a belle époque mineira. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, nº 1, 1995. p. 153.

<sup>6</sup> MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. *Comparative historical analysis in the Social Sciences*. Edinburgh: Cambridge, 2003.

<sup>7</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e poder: a busca de interfaces metodológicas. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 3, nº 1, 1997. pp. 84 – 97.

<sup>8</sup> PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 62.

conhecimento científico, preenchendo as lacunas existentes sobre determinados temas na História. Em sua edição inaugural a Revista *Locus*, foi apresentada pela professora Maria Yedda Linhares, como uma Revista de História Regional que trazia “à tona o avanço qualitativo e quantitativo da pesquisa histórica a nível local/municipal no Brasil”. Além disso, a revista representava um importante esforço no sentido da descentralização do conhecimento histórico, em geral, produzido pelas instituições fixadas nas capitais, permitindo o aprofundamento de questões referentes à História vinculada ao meio rural e as raízes agrárias do país<sup>9</sup>.

Outra importante contribuição para organização e sistematização da produção científica sobre a Zona da Mata e da cidade de Juiz de Fora foi o projeto “*Bibliografia sobre a História de Juiz de Fora*” que, em três edições, conseguiu realizar um significativo levantamento bibliográfico do material produzido que diz respeito à História da cidade de Juiz de Fora. Contudo, foram identificados mais de 500 livros que tratam da cidade de alguma forma, contando pelos menos 19 teses de doutorados e mais de 110 dissertações de mestrados (defendidas em diversas instituições de ensino e nos mais nas diversos cursos – História, Geografia, Educação, Ciências Sociais, Ciências da Religião, Economia, Literatura, entre outros), além de inúmeros capítulos de livros, artigos, documentos publicados, monografias de cursos de especialização, monografias de iniciação científica e trabalhos em anais<sup>10</sup>.

Ao que tudo indica, esta produção acadêmica referente à cidade tende a aumentar de forma significativa, haja vista a abertura do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em atividade desde a abertura do mestrado em 2004 e recentemente com o doutorado, cuja primeira turma ingressou no ano de 2011. Sem dúvida, a criação do Programa de Pós-graduação em História da UFJF é um importante fator a ser considerado, uma vez que auxilia no desenvolvimento de pesquisas de natureza local/regional devido o suporte material e instrumentos metodológicos dados aos estudantes que se dedicam em avançar no tema.

A interiorização dos centros de pós-graduação no país tem provocado, como era de se esperar, inúmeros efeitos positivos sobre a organização e disponibilização das fontes em várias cidades do interior e, em muitos casos, tem ocorrido uma verdadeira reviravolta nos estudos regionais com o surgimento de novos temas, a

---

<sup>9</sup> LINHARES, Maria Yedda. Apresentação. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, nº 1, 1995. p. 7.

<sup>10</sup> O projeto apoiado pelo Departamento de História da UFJF e o Núcleo de História Regional (que não se encontra mais em atividade). A última atualização foi realizada em 2007, sob a coordenação dos professores Maraliz de Castro Vieira Christo e Galba Ribeiro di Mambro. Ver em: <<http://www.ufjf.br/bibliof/publicacoes/>> Acesso em: 21 abr. 2014.

completa mudança de perspectiva e importância de determinadas regiões e cidades e, muitas vezes, o abalo de antigas interpretações já consolidadas.<sup>11</sup>

Consciente ou inconsciente, a escrita da História sobre Juiz de Fora e região, ao longo do tempo, colaborou para a consolidação de um ponto de vista próprio, pautado em alguns elementos circunstanciais que permitiram expressar formalmente uma relativa unidade quanto ao passado da cidade, que se desdobra na invenção de uma tradição. Em que pese o volume desta produção, assim como os debates sobre determinados aspectos, sobressai a coerência dos argumentos que invariavelmente provém de uma cuidadosa demonstração empírica, por tudo isso, ousamos dizer que estes e outros componentes foram responsáveis por consolidar uma historiografia específica, limitada a este pequeno “universo” construído socialmente.

### *Ocupação e desenvolvimento urbano-industrial*

Até os primeiros anos do XIX a Zona da Mata ainda era identificada como um *sertão*, ou seja, um espaço de baixa taxa de ocupação caracterizada pela inexistência de núcleos de povoamentos (arraiais, vilas ou cidades)<sup>12</sup>. De acordo com a historiadora Fonseca, o termo *sertão* ganha sentido de área onde não há urbanização, é um espaço interiorano que permanece em estado bruto, devido à inexistência de atividade humana regular agindo no sentido de estabelecer uma ocupação definitiva. Todavia, a fundação de vilas e cidades seria a forma de expressão do poder civil, que se desdobraria em outras questões práticas, tais como a delimitação do território e organização do sistema administrativo. Por tudo isso, a falta de uma estrutura urbana se colocava como um obstáculo à organização político-administrativa do espaço regional, logo, a ideia de *sertão* se contrapõe a de território<sup>13</sup>.

Ao tratar de *sertão* Fonseca faz uma pertinente associação com outros contextos geográficos, explicando que os termos *hinterland* e *widerness* seriam a designação usada para definir estes espaços de baixíssima ocupação demográfica na América do Norte, assim como *despoblados* para às colônias espanholas e *bush* para os espaços não civilizados da Austrália. Podemos observar que muitas destas áreas de colonização moderna foram gradualmente integradas ao *sistema mundial*, especialmente quando apresentavam condições ambientais

---

<sup>11</sup> PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais. In: *Anais do III Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/Universidade do Ninho: territórios, poderes, identidades* (Territoires, pouvoirs, identités). Vitória: GM Editora, 2011. p. 3.

<sup>12</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 52.

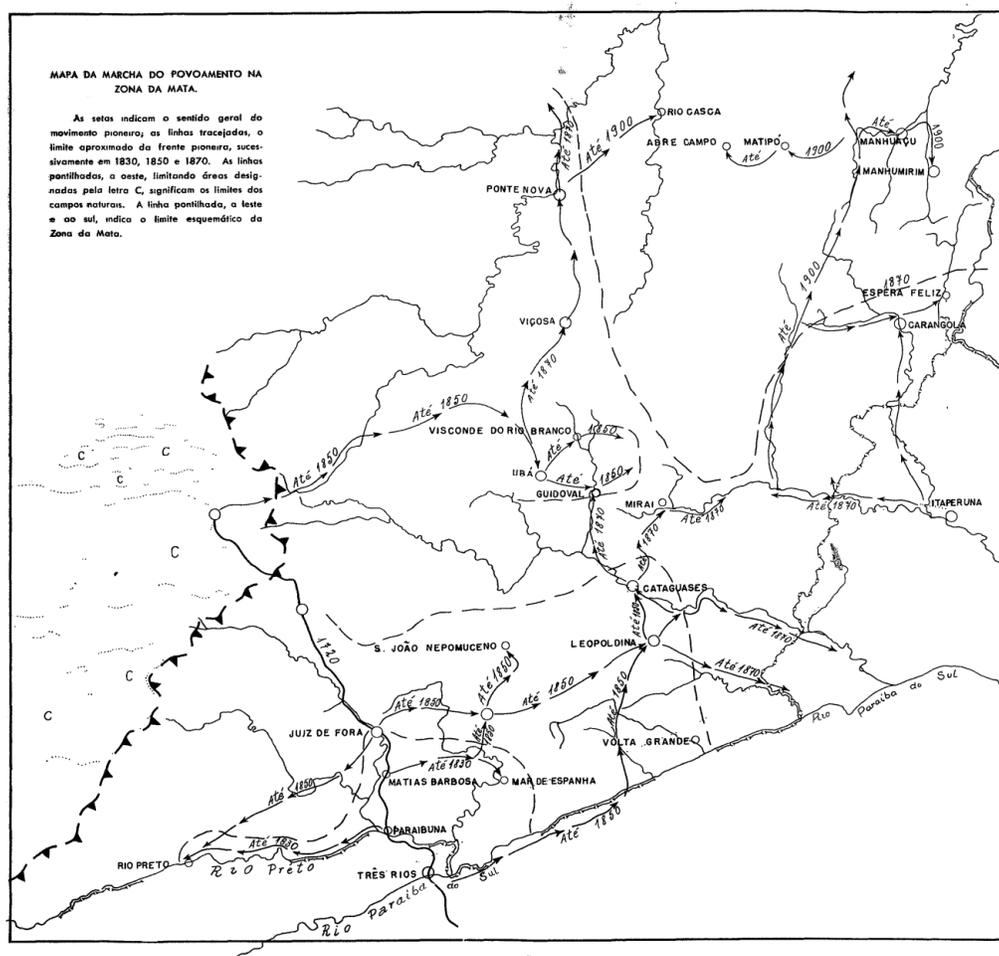
<sup>13</sup> *Idem*. pp. 52-54.

favoráveis à extração ou produção de determinadas mercadorias, sejam elas de origem mineral ou agrícola.

A partir do século XIX a fronteira do café avançou para a Zona da Mata, dando outra dinâmica ao processo de ocupação deste território, em menos de meio século se transformou numa das principais produtoras cafeeiras do mundo. Neste sentido, a atividade cafeeira foi em grande medida responsável pela integração da região ao comércio mundial, por isso analisamos a produção cafeeira da Mata a partir das teorias econômicas que se dedicam ao estudo do desenvolvimento regional. Desta maneira, Juiz de Fora se tornou o principal centro urbano da Zona da Mata, concentrando na cidade os serviços de transporte e comercialização do produto, atividades que deram uma nova dinâmica à economia local [Imagem 1].

### Imagem 1

Marcha do povoamento na Zona da Mata (1830-1870).

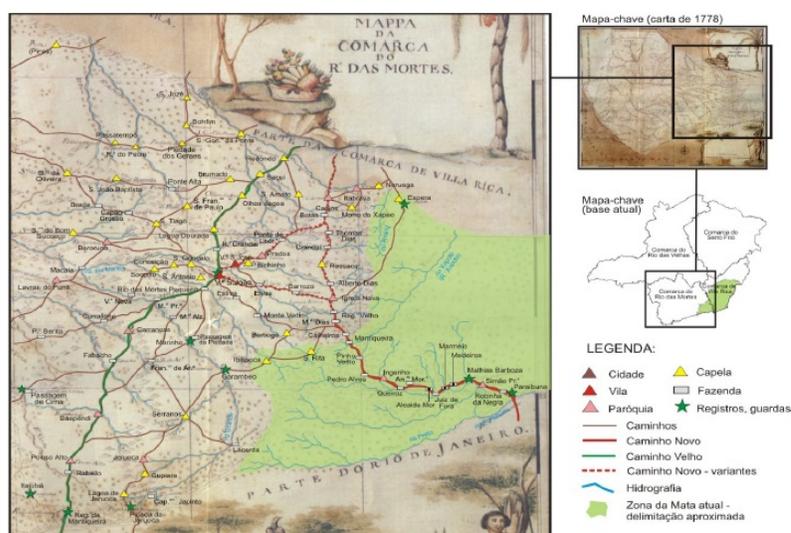


FONTE: VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, n° 1. 1958. p. 26.

Existe um longo debate sobre as possibilidades e formas de acumulação ocorridas na região/cidade, entretanto, devido à falta de tempo para desenvolvermos este assunto com a merecida profundidade nos contentamos apenas em apontar as principais interpretações já existentes. Neste sentido, a produção de gêneros alimentícios é reconhecida como a principal atividade econômica desenvolvida às margens do Caminho Novo, pois servia tanto para a manutenção destas famílias que viviam distribuídas ao longo da sua extensão como também ao abastecimento das tropas que circulavam por esta picada [Imagem 2].

### Imagem 2

Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778).



**FONTE:** ROCHA, José Joaquim. *Mapa da Comarca do Rio das Mortes*. Apud: SOARES, Josarlete. *Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século XVIII e primeira metade do XIX*. In: Anais do III Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica. Ouro Preto, 2009.

A manutenção desta rota deve-se tanto ao movimento de tropas e tropeiros, quanto à rede de abastecimento de mercado interno que se formou às suas margens a partir da fixação de algumas famílias nestas terras.

O tropeiro desempenhou na Mata um papel complexo de bandeirante, mercador, conselheiro e capitalista. Em regra, participava da elite da província. O negócio exigia, para o bom êxito, recursos e instrução, tino e boas relações. A circunstância do meio de vida possibilitava a imagem de um homem bem informado que, em suas andanças, conhecia todo o País. Passava naturalmente a conselheiro dos lavradores, pessoas de confiança para as compras na Corte. Era mensageiro da civilização, no dizer de Calógeras. No tempo em que raros jornais circulavam, a tradição oral valia por quase único de contato com os acontecimentos do litoral.

Coisa muito semelhante ao papel que, na Idade Média, desempenhava mercadores ambulantes ou os trovadores.<sup>14</sup>

Este movimento de idas e vindas de tropas e tropeiros favoreceu o desenvolvimento das relações de troca, num duplo movimento, onde a produção local atingia a esfera da circulação sendo transformada em riqueza, dinheiro ou crédito. Por outro lado, o crescimento demográfico incitou um tipo de consumo satisfeito através da importação de determinadas mercadorias (tecidos, comidas, bebidas, bens de produção, etc.), fato que em momento algum inviabilizou a formação de poupanças locais.

A história urbana de Juiz de Fora se constitui a partir dos caminhos que promoveram sua integração a outras localidades. Esta foi uma característica que definiu a forma de ocupação dentro do território regional. Valverde, chama a atenção para a grande quantidade de núcleos de povoamento que se organizaram às margens das estradas, inclusive os identificando como sendo do tipo *strassendörf*.

Quando se vista a Zona da Mata, chama a atenção a série numerosa de núcleos urbanos de tipo *Strassendörf* (agrupamento linear, ao longo de uma rua). Os exemplos que podem citar são números: Bicas, Astolfo Dutra, São Geraldo, Matias Barbosa, Ervália, Guiricema, Piacatuba, Além Paraíba, Mercês, Espera Feliz, Presidente Soares, Caparaó, Durandé e uma série de imensa de povoados, sem categoria política. (...). A marcha do povoamento, ao longo dos vales, o tipo de atividade econômica, sem dúvida também contribuíram em certa medida para essa predominância dos *Strassendörf*. As cidades das minas fugiram a êsse traçado, embora o relêvo lá fôsse mais enérgico.<sup>15</sup>

Taunay, em seu livro *A história do café no Brasil*, chama atenção dos leitores para a formidável influência da cultura cafeeira no processo de desenvolvimento da civilização brasileira, destacando elementos históricos e estatísticos que envolvem o crescimento desta atividade econômica no desenvolvimento do país durante quase um século. Além disso, o autor nos atenta sobre o processo de interiorização que esta cultura agrícola sofreu ao longo dos oitocentos, se tornando o principal produto da pauta de exportação brasileira<sup>16</sup>.

A rubiácea se adaptou bem às condições naturais da Zona da Mata, aliado aos bons preços oferecidos por esta mercadoria. Talvez estes sejam os fatores que mais incentivaram sua produção em escala econômica, fazendo da Zona da Mata uma das principais regiões produtoras de café. Sendo assim, a Mata, em meados do século XIX, já despontava como uma

---

<sup>14</sup> MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

<sup>15</sup> VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, n° 1. 1958. pp. 64-66.

<sup>16</sup> TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História do Café no Brasil*. V.9. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. pp. 18-19.

das regiões economicamente mais dinâmicas de Minas Gerais, em grande medida, impulsionada pelo desenvolvimento de uma atividade agrícola voltada para o mercado externo [Tabela 1].

**Tabela 1**

Participação proporcional da produção cafeeira da Zona da Mata em relação a Minas Gerais (1847-1826).

Ano	Produção de Minas Gerais (em arrobas)	Produção da Zona da Mata (em arroba)	%
<b>1847-1848</b>	745.381	743.707	99,77
<b>1850-1851</b>	900.264	898.184	99,76
<b>1886</b>	5.776.866	4.316.067	74,71
<b>1888</b>	5.047.600	4.433.800	87,83
<b>1903-1904</b>	9.404.136	5.993.425	63,73
<b>1926</b>	12.793.977	9.105.543	71,17

FORTE: PIRES, Anderson, *Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. p. 33.

A Zona da Mata não era a única região produtora de café em Minas Gerais, tanto o Sul quanto Norte também desenvolviam esta atividade agrícola, inclusive exportando parte das suas respectivas produções. Todavia, a Mata sempre foi historicamente o maior centro produtor de Minas Gerais, chegando a alcançar durante o século XIX uma média de 90% de todo o café produzido na província, e, para as três primeiras décadas do século XX sua produção teria sido algo em torno de 70% de todo o café colhido em Minas. Estes números indicam que a produção localizada na Zona da Mata foi determinante para o rumo das exportações da Província/Estado.

Minas Gerais nunca chegou a ocupar o primeiro lugar na produção cafeeira no Brasil. No período em que sua produção apresentou um crescimento bastante vigoroso – décadas – décadas de 1850, 60 e 70 – o ritmo de expansão da produção fluminense era ainda maior. O Rio de Janeiro era, de longe, o primeiro produtor, Minas o segundo, enquanto São Paulo “corria por fora”, mas se aproximando rapidamente dos ponteiros. A expansão no Rio, como mostrou Stanley Stein, fora tão violenta, promovera uma incorporação e consequente desgaste de terras de tal ordem, que a rápida exaustão da cultura era algo mais ou menos inevitável. Antes do fim do século passado chegava sua decadência; a expansão cessa e a produtividade dos cafeeiros cai vertiginosamente. Em Minas ainda havia espaço e fôlego para o prosseguimento da marcha. Contudo, não com a vitalidade necessária para que a liderança fosse atingida. São Paulo, numa verdadeira “atropelada”, avisa que o primeiro posto dentro em breve será seu.<sup>17</sup>

Inegavelmente estamos diante da existência de uma relação entre o todo (“global”) e a parte (“regional”). Sendo assim, em nosso caso, serão consideradas as peculiaridades da

<sup>17</sup> LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870/1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 16.

parte de Minas Gerais que se articulou ao mercado mundial como uma região agroexportadora através da produção cafeeira. Para isso, sugerimos uma inversão da lógica de observação realizada até então, sendo assim realizamos um trabalho no sentido de repensar a relação global-regional a partir das características naturais e humanas existentes na própria região [Tabela 2].

**Tabela 2**

Produção média de café de Minas Gerais comparada com algumas das principais regiões do mundo (1851-1925).  
(em milhares de toneladas)

Quinquênio	Produção de Minas Gerais	Produção da Colômbia	Produção da América Central e México <sup>1</sup>	Produção do Caribe <sup>2</sup>	Produção da América do Sul <sup>3</sup>
<b>1881-1885</b>	65.06	6.47	54.84	48.12	44.64
<b>1886-1890</b>	80.19	10.78	48.61	50.96	48.86
<b>1891-1895</b>	81.73	19.51	72.86	51.90	64.87
<b>1896-1900</b>	122.96	26.78	90.93	42.47	80.66
<b>1901-1905</b>	153.61	35.05	114.28	37.06	80.77
<b>1906-1910</b>	157.69	37.06	129.48	35.02	82.88
<b>1911-1915</b>	124.86	56.96	129.79	40.82	120.56
<b>1916-1920</b>	152.43	78.42	122.87	41.11	141.46
<b>1921-1925</b>	183.28	127.62	157.21	44.56	190.22

**Notas:** <sup>1</sup> Inclui: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e México.

<sup>2</sup> Inclui: Haiti, Jamaica e Porto Rico.

<sup>3</sup> Exclui a produção brasileira.

**FONTE:** PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, v. 9, nº 1. 2007. pp. 20-21.

Não seria nenhuma novidade dizer que na Zona da Mata o café assumiu o papel de produto principal, sendo o responsável por grande parte do desenvolvimento da região e, especialmente, da cidade de Juiz de Fora. Sendo assim, torna-se necessário dizer, que tentamos nos afastar de qualquer forma de interpretação que nos conduza a uma análise marcada pelo provincianismo ou perceptiva que se limite a uma análise da região por ela mesma, por consideramos um esforço infrutífero, uma vez que qualquer metodologia referente à *História Regional* parta essencialmente do exercício comparativo. Desta forma, nosso referencial teórico deriva das propostas já apresentadas, bem como daquelas sugeridas pela “*Global Commodity Chain*”, metodologia que busca fazer uma interface do particular/local com o todo/global. Analisando as várias relações contidas em toda a cadeia de

distribuição do produto principal, ou seja, de um processo que se inicia na organização da produção do café e se estende até o consumo final<sup>18</sup>.

Karl Marx, assim como outros teóricos do capitalismo, por exemplo, o geógrafo David Harvey, nos chama a atenção para as dimensões espaciais referentes à teoria da acumulação. O princípio desta questão se dá a partir da maneira sobre a qual se produz o espaço, conforme a forma apresentada pelo capitalismo<sup>19</sup>. Se por um lado, os caminhos da integração regional-global se materializaram através das redes de comunicação, informação e mercadoria, em âmbito local o espaço se transformava conforme a intensificação do contato desta sociedade com elementos externos.

Uma destas especulações é que a cidade surgiu ao redor do mercado enquanto sítio (Market-place), em função do desenvolvimento do comércio, e assim pode ter sido em numerosos lugares. Mas a cidade comercial pressupõe, para que possa surgir, um outro tipo de cidade, que assegure as caravanas de mercadores contra o roubo e os mercadores individualmente contra a fraude. A cidade comercial é fruto, portanto, de uma cidade-estado, que domina um certo território, dele extraíndo um mais-produto que possa ser trocado pelo mais-produto de outros territórios. A cidade não inventa o comércio, mas muda-lhe o caráter, transformando-o de mero escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens de luxo, em geral manufaturados.<sup>20</sup>

Esta perspectiva também é encontrada na estrutura do pensamento de Polanyi, ao assumir a antropologia e a história como matrizes teóricas-explicativas, o autor se preocupa em dimensionar fisicamente o local onde as trocas se realizam concretamente. Sendo assim, o mercado perde seu caráter abstrato e se transforma no lugar (real) onde acontece a reunião de pessoas com o intuito de intercambiar produtos, logo, as mercadorias são passadas de mão para mão seguindo as práticas e rituais estabelecidos socialmente. Estes espaços se tornam uma importante referência na prática cotidiana da vida econômica, cuja literatura especializada sobre o assunto costumeiramente a denomina como *marketplace*<sup>21</sup>.

Em 1861 terminavam as obras de construção da Estrada de Rodagem União e Indústria, fato que colaborou para elevar a cidade à condição de um “empório comercial”, concentrando regionalmente os fluxos de exportação e importação de mercadorias. A posição comercial da cidade foi reforçada com a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1875, responsável por intensificar o fluxo de pessoas, mercadorias e serviços entre o litoral e o

<sup>18</sup> CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven. (eds). *The Global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America (1500-1989)*. New York: Cambridge University Press, 2005.

<sup>19</sup> HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 43.

<sup>20</sup> SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 14-15.

<sup>21</sup> POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976. MCMILLAN, John. *A reinvenção do Bazar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

interior. Alguns anos mais tarde, Juiz de Fora passou a ser o lugar de entroncamento ferroviário entre a E.F. D. Pedro II e a Estrada de Ferro Leopoldina<sup>22</sup>. Além disso, o sistema de informação da cidade foi aperfeiçoado com a chegada do telefone (1883) e do telegráfo (1884), tecnologias de comunicação que acompanharam o processo de globalização experimentado no final do século XIX e início do XX<sup>23</sup>.

Juiz de Fora progredia. A população subia, andava ali pelos doze a treze mil habitantes – imaginem! treze mil! e essa densidade exigia progresso. Esse começara em 1870 com a inauguração dos telégrafos. Logo depois viriam os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1885 a cidade começa a ser dotada de encanamentos e de água a domicílio. No mesmo ano as casas passaram a ser numeradas. Em 1886, grande animação com uma Exposição Industrial que reflete a pujança do município.<sup>24</sup>

A cidade de Juiz de Fora se consolidou como um polo de crescimento em Minas Gerais. Entre o período de 1855 a 1920, o município teve um significativo aumento populacional: durante este lapso de 65 anos chegou a registrar uma taxa de crescimento demográfico de aproximadamente 794,8%, o que representaria uma média de 12,22% ao ano<sup>25</sup>. Esta taxa de crescimento anual representa quase o dobro da média Brasileira no mesmo período<sup>26</sup>. São muitas as razões que explicam este vertiginoso aumento da população de Juiz de Fora, entre elas estão as constantes imigrações de europeus para a cidade, promovidas durante a construção da Estrada de Rodagem União e Indústria e também no momento da execução das obras da Estrada de Ferro D. Pedro II. Além destes fatores ainda se destaca a abolição da escravidão no ano 1888, valendo-se do fato que Juiz de Fora era o município mineiro com maior população escrava<sup>27</sup>.

A diversificação urbana de Juiz de Fora se torna visível ao analisarmos a diversidade de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços localizados no espaço da cidade [Tabela 3].

<sup>22</sup> GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

<sup>23</sup> FRIEDEN, Jeffrey. *Global Capitalism*. New York: W.W. Norton & Company, 2007. HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

<sup>24</sup> NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1976. p. 200.

<sup>25</sup> MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990. p. 99.

<sup>26</sup> HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*. São Paulo: USP, 1973. p. 175.

<sup>27</sup> BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1872*.

**Tabela 3**

Comércio e serviço em Juiz de Fora.

1870		1877	
Estabelecimentos comerciais e serviços	Quant.	Estabelecimentos comerciais e serviços	Quant.
Casas de negócios	107	Lojas: roupas feitas, mantimentos e molhados	76
Mascates e fazendas	13	Lojas: fazendas e armarinhos	27
Hotéis	8	Hotéis	2
Farmácias	5	Farmácias	5
Mascates de jóias	4	Negociantes de jóias	6
Relojoeiros	3	Relojoeiros	4
Açougues	2	Açougues	6
Barbearia	2	Barbearia	6
Cambista	2	Cambistas	4
Bilhar	1	Bilhares	12
Ourives	1	Ourives	4
Alfaiataria	2	Alfaiatarias	10
Casa de lavar chapéus	1	Casa de agencias de leilões	1
Casa Bancária	1	Capitalistas	12
Livreiro	1	Retratista	1
		Advogados	16
		Médicos	6
		Dentistas	3
		Padres	3
		Pintores	4
		Vidraceiros	2
		Modista	1
		Carros de aluguel	20
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>Total</b>	<b>231</b>

**FONTE:** GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. p. 49.

Em nossas pesquisas foram encontrados outros exemplos desta diversificação comercial e de prestação de serviços oferecidos por diversos estabelecimentos situados na cidade. A maior parte deles concentrados num triângulo imaginário compreendido entre as ruas: Direita (Avenida Barão do Rio Branco), 15 de novembro (Avenida Presidente Getúlio Vargas) e Córrego da Independência (Avenida Presidente Itamar Franco). Segundo o almanaque de 1898, foi possível identificar através da publicação de propaganda alguns estabelecimentos, são eles: O mundo elegante, Grippi & Irmão, Casa Bartels, Casa Smith, Casa Mineira, Casa Baptista & Cia., Casa L. Barboza & Cia., Alfaiataria Italo-brasileira, Alfaiataria Bretas, Ourivesaria e relojoaria Ferreira da Silva & Cia, Pensão Commercial, Souza Hotel, Hotel Rio de Janeiro, Pharmacia Paixão, Drogaria Americana, Industrial de Juiz de Fora, Fábrica a vapor de calçados Corrêa & Corrêa, Fábrica Abrad & Manferrari, Tecelagem Mascarenhas, Indústria Mineira, Fiuza, Cortez & Almeida, Oficina de selleiro de

portilho de Souza Mattos, *Mechanica Mineira*, Officina Henrique Surerus & Irmão, *Jornal do Commercio*, *Jornal Correio de Minas*, *Typografia Progresso*, *Typographia Mattoso*, *Collegio Americano Grambery*, *Banco de Crédito Real de Minas Gerais*, *Casa Comissária Pinheiro Machado e Cia.*<sup>28</sup>.

**Tabela 4**

Distribuição espacial da indústria têxtil mineira (1908).

<b>Município</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>Operários</b>	<b>Teares</b>
<b>Juiz de Fora</b>	7	767	226
<b>Belo Horizonte</b>	4	407	270
<b>Diamantina</b>	3	360	226
<b>Sete Lagoas</b>	3	299	331
<b>Santa Luiza</b>	2	240	230
<b>S. João Nepomuceno</b>	1	230	84
<b>Ouro Preto</b>	2	180	155
<b>Viçosa</b>	2	166	106
<b>Pará</b>	1	150	90
<b>Lavras</b>	1	140	96
<b>S. João del Rei</b>	1	130	50
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>3069</b>	<b>1864</b>

Fonte: JACOB, Rodolfo. *Minas no XXº século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911. *Apud*: SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977. pp. 222-234.

Desta forma, a cidade é posta no debate histórico e econômico por se tratar de um centro político-administrativo, cuja influência transborda o espaço econômico no qual ela se insere apesar da sua posição secundária frente a capital mineira – Ouro Preto (1720) e posteriormente Belo Horizonte (1897). Neste sentido, torna-se óbvio dizer que uma capital irá concentrar maiores poderes político-administrativos e conseqüentemente se tornar um polo de crescimento urbano, entretanto o presente trabalho propõe o estudo de uma cidade que se tornou um polo de crescimento regional urbano sem jamais atingir a condição de capital, logo, suas características “periféricas” não impediram um intenso processo de urbanização, fortemente marcado pelo desenvolvimento industrial, fundação de Bancos e pioneirismo na

<sup>28</sup> GUIMARAES, Heitor (org.). *Almanach de Juiz de Fora para 1898*. Juiz de Fora: Typografia Mattoso, 1898.

produção de energia hidroelétrica (1889), todos estes elementos colaborando para a constituição de um ambiente construído<sup>29</sup>.

O desenvolvimento material da cidade, como descrito anteriormente, necessita de uma organização institucional dos recursos disponíveis (naturais ou não), que se traduz na prática, numa necessidade de promover a contabilidade pública, ou seja, de registrar, controlar e inspecionar as operações financeiras e patrimoniais de uma determinada administração. Estas preocupações quanto à gestão do patrimônio público, à inspeção e registro das receitas e despesas foi comum entre diversos povos ao longo da história, inclusive alguns deles colaboram significativamente para a evolução das Ciências Contábeis, entre eles se destacam: árabes, romanos, venezianos, austríacos e suíços. No que tange aos princípios da contabilidade, a receita é constituída das rendas, dos proventos e créditos, de qualquer natureza, auferida por uma determinada administração pública. A despesa compreende os gastos e/ou investimentos que foram realizados pela gestão pública. Em sistemas contábeis mais sofisticados, os orçamentos funcionam como um cálculo prévio dos proventos e dispêndios a realizar, inclusive havendo leis que os regulamente<sup>30</sup>.

As necessidades públicas são humanas, como todas as outras cuja satisfação à Economia Política toma para precípua objeto de seus estudos. Distinguem-se, entretanto, das necessidades, em geral, para constituir o grupo das chamadas “necessidades públicas”, necessidades que, por sua natureza, só encontram satisfação eficaz pela ação coordenada do grupo, quer seja voluntária, quer seja coativa a participação dos indivíduos que o formam. (...) Necessidade pública é toda aquela de interesse geral, satisfeita pelo processo do serviço público. É a intervenção do Estado para provê-la segundo aquele regime jurídico, o que lhe dá o colorido inconfundível. A despeito de fugidios contornos econômicos, a necessidade torna-se pública por uma decisão dos órgãos públicos.<sup>31</sup>

Algumas atividades subsidiárias à produção invariavelmente se concentraram no espaço urbano, entre elas se destacam: comércio, finanças, prestação de serviços públicos, entre outros. Entretanto, por mais que estas atividades tenham se desenvolvido de forma autônoma no interior da cidade, em algum momento, sua organização precisaria do auxílio ou regulamentação por parte da administração pública, que muitas vezes, teria de intervir no espaço urbano através de obras públicas (arruamento, construção de ponte, fornecimento de

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1969. VARGAS, Milton (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Unesp/CEETEPS, 1994.

<sup>30</sup> CASTRO, Adauto de Souza; D'AMORE, Domigos. *Contabilidade bancária e pública*. São Paulo: Saraiva, 1952. pp. 221-228.

<sup>31</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à Ciência das Finanças*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1958. p.13.

água, etc.). No que tange à administração pública, é possível perceber que parte do capital arrecadado, como a cobrança tributos, acaba sendo reinvestido na infraestrutura urbana.

Segundo Oliveira<sup>32</sup>, o orçamento de Juiz de Fora durante o exercício de 1853-1854 contava com uma tímida receita de 680\$000 para cobrir todas as despesas necessárias à manutenção dos serviços públicos a cargo da administração municipal. A arrecadação ordinária era obtida através do recolhimento dos impostos provenientes da taxação de bens prediais e territoriais, da transmissão de propriedade *inter-vivos e causa mortis* e dos impostos sobre indústria e profissões<sup>33</sup>. Neste sentido, o crescimento da cidade fica evidente quando no exercício de 1858-1859 a receita de Juiz de Fora atingiu a cifra de 7:637\$680. Além disso, em 1861, Juiz de Fora já contava com a terceira maior arrecadação ordinária da Província de Minas Gerais, somando uma quantia de 9:417\$167, estando à sua frente apenas Ouro Preto e São João Del-Rei, arrecadando 16:590\$575 o primeiro e 15:590\$563 o segundo. Pouco tempo depois, antes de 1870, nenhum outro município mineiro se equiparava em termos de arrecadação a Juiz de Fora.

Todavia, os recursos públicos municipais disponíveis para a realização de melhorias materiais na cidade se mostravam insuficientes para acompanhar as necessidades públicas geradas pelo dinâmico crescimento de Juiz de Fora. Dada à limitação financeira dos municípios brasileiros no Império e durante a Primeira República, as subscrições públicas apareceram como forma de complementação dos recursos financeiros necessários a realização de ações específicas, por exemplo: na aquisição do terreno do cemitério municipal e também para compra de outro terreno onde seria instalada a cadeia. A prática de alavancar capital extraordinário através de subscrições públicas foi relativamente comum na cidade, até a formalização das emissões dos Títulos da Dívida Pública municipal.

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que desempenham o papel de intermediários entre o governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as

---

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. pp. 27-93.

<sup>33</sup> MATTOS, Alysio. *Promptuario e Assessor dos Exactores do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia.<sup>34</sup>

A Câmara municipal de Juiz de Fora também realizou a subscrição de títulos da dívida pública municipal em algumas oportunidades. Foram detectados lançamentos (novos ou de consolidação de antigos empréstimos) nos anos de 1870 (juro de 0%), 1885 (juro de 8%), 1888 (juro de 6%) e um *funding loan* no ano de 1893 (juros de 7%) todos estes lançamentos estão relacionados à construção de obras públicas municipais. Considerando os dados levantados, é possível afirmar que grande parte destes ativos financeiros foram adquiridos por homens e mulheres socialmente ligados à produção cafeeira<sup>35</sup>. O mercado primário que se consolida com a negociação destas apólices torna-se mais um mecanismo de transferência de recursos financeiros entre os setores agrícolas (superavitários) e aqueles urbano-industriais (deficitários), cuja dinâmica decorre do próprio processo de consolidação do capitalismo na região<sup>36</sup>.

Desta forma, o desenvolvimento urbano gerou inúmeras oportunidades de investimentos, das quais destacamos: emissão de ações como forma de financiamento por parte de várias empresas localizadas em Juiz de Fora (ex. Companhia Estrada de Ferro Juiz de Fora a Piau, Companhia Ferrocarril Bonds de Juiz de Fora, Companhia de Gás de Juiz de Fora, Companhia Mineira de Eletricidade, Banco de Crédito Real, Companhia Construtora Mineira, Companhia Chimico Mineira, Companhia Mechanica Mineira) e o loteamento de fazendas que cercavam o centro da cidade, que acabaram virando alvo de especulação imobiliária [Tabela 5].

---

<sup>34</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 824-825.

<sup>35</sup> DUARTE, Felipe Marinho. *Mercado financeiro e Crédito Público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora*. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2013.

<sup>36</sup> PIRES, Anderson, *Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. pp. 358-361.

**Tabela 5**

Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (1889-1914).  
(médias por períodos).

<b>Ativos</b>	<b>1889/1898</b>	<b>1899/1908</b>	<b>1909/1914</b>	<b>1889/1914</b>
Terras	19,64	18,32	19,57	19,12
Dívida ativa	18,22	14,58	12,85	15,58
Títulos	16,55	15,01	19,00	16,55
Casas	16,13	19,36	21,00	18,50
Café	12,86	8,00	5,24	9,23
Ações	6,77	11,01	13,72	10,00
Objetos Pessoais	3,15	7,75	4,0	5,12
Animais	2,97	2,30	2,24	2,25
Benfeitorias	2,37	2,72	1,0	2,19
Terrenos	0,93	0,71	1,12	0,89
Alimentos	0,45	0,22	0,09	0,28

**FONTES:** PIRES, Anderson; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira. In: *História e Economia*. v. 4, n° 2, (ago-dez), 2008. p. 241.

Tal dinamismo da reprodução capitalista no espaço urbano se deve, em partes, à capacidade de intervenção promovida pela administração pública local, que através dos investimentos em infraestrutura construiu um ambiente favorável ao desenvolvimento de Juiz de Fora. Os títulos da dívida pública municipal terem sido a principal forma de arrecadação extraordinária da Câmara Municipal bem como significarem uma alternativa segura para investimento financeiro de natureza capitalista, além de se apresentarem como mais um componente que serviu ao delineamento do mercado financeiro local. Apesar disso torna-se necessário dizer que este mecanismo ainda é pouco estudado como um objeto próprio pela historiografia não somente de Juiz de Fora, como também para outros municípios brasileiros.

Segundo o orçamento municipal apresentado na resolução n° 2 de 14 de maio 1892, a Câmara de Juiz de Fora esperava arrecadar 200:000\$000 através do recolhimento de impostos cobrados da comunidade, já as despesas somavam a quantia de 206:000\$000. Deste montante gasto pela administração local 25:100\$000 seriam destinados à rubrica Construção e Reparo de Obras Públicas, enquanto a verba direcionada ao pagamento de Juros e Amortização dos empréstimos públicos seria de 26:500\$000. A resolução n° 83 de 13 de outubro de 1892, responsável por apresentar o orçamento do exercício 1892-1893 previa um aumento de 100% na receita municipal, tendo como base o exercício anterior, o que significaria que a Câmara teria 400:000\$000 para financiar os gastos públicos de Juiz de Fora. Desta forma, os recursos destinados à Construção e Reparo de Obras Públicas seriam de 45:000\$000, representando um aumento de aproximadamente 87%, enquanto o gasto com o pagamento de Juros e Amortização da dívida pública municipal subiria para 170:000\$000, significando um

incremento de 541,6%. No entanto, vale lembrar que o *funding loan* fora realizado no ano de 1893, logo, suas despesas estavam previstas no orçamento para o exercício 1892-1893.

No exercício seguinte (1893-1894), a arrecadação municipal teria mais um incremento de 25% chegando à importância de 500:000\$000, valor que se repetiria para o exercício 1894-1895. No que diz respeito ao pagamento dos Juros e Amortização da dívida pública de Juiz de Fora o valor se estabilizaria em 165:000\$000, conforme previsto na resolução nº 84 de 13 de outubro de 1892.

Os recursos alavancados com as emissões dos títulos da dívida pública municipal foram depositados em conta especial no Banco de Crédito Real de Minas Gerais e no Banco do Commercio, sendo sacados de acordo com que as necessidades de capital foram surgindo. Entre as despesas encontramos referências à compra de material, execução da retificação do Rio Paraibuna em 16 de agosto de 1894 ao custo de 10:000\$000, término das obras do hospital de isolamento e da estação de desinfecção sobre o custo de 20:000\$000<sup>37</sup>.

O prolongamento da rua S. João Nepomuceno, abrange exactamente o centro do Cortiço, que uma vez decretado, contribuirá para o desaparecimento das senzalas onde moram sentenas de pessoas, que allí se abrigam pela economia de aluguéis caros de melhores vivendas. Seus moradores vivem acobardados, oprimidos e apertados, pelo numero excessivo em que se acham. Vê-se-lhes no rosto o aspecto macilento, pallido, descorado, com olhos sem brilho, além de cobardes sem coragem para o trabalho, timoratos e poltrões, acobardados e emprestáveis para qualquer tipo de missão: resultado do ar mephitico, viciado que respiram. (...) Continuar tal habitação no centro de uma cidade tão adiantada e prospera, como Juiz de Fora, é concorrer para um mal phisico e moral.<sup>38</sup>

Estas palavras foram ditas, em 13 de novembro de 1891, pelo engenheiro Tristão Franklin quando solicitou o melhoramento do centro da cidade de Juiz de Fora, inclusive colocando-se à disposição da Câmara para fazer o levantamento das despesas referentes a tal intervenção e sugerindo um projeto para obra. Dentre as tantas melhorias materiais custeadas pelos recursos públicos, o *Plano Howyan*, de 1892, (considerado como o primeiro plano diretor da cidade) merece uma atenção especial, justificada pelo fato de ter sido o motivo do lançamento de títulos da dívida pública de Juiz de Fora, em 1893, com gasto previsto de 2.000:000\$000<sup>39</sup>.

<sup>37</sup> JUIZ DE FORA, Câmara Municipal. *Resoluções (1892,1893 e 1894)*. Juiz de Fora: Typographia Americana, 1896.

<sup>38</sup> Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República Velha. Série: 53-57 Caixa: 76.

<sup>39</sup> JUIZ DE FORA, Câmara Municipal. *Resoluções (1892,1893 e 1894)*. Juiz de Fora: Typographia Americana, 1896. p. 95-97.

Em 1893, a subscrição de títulos da dívida pública de Juiz de Fora colocou em circulação no mercado mobiliário local 10.000 apólices, que significavam um investimento relativamente seguro, já que o credor era a própria Câmara Municipal. Todavia, apenas 4.309 apólices foram compradas por 105 subscritores diferentes, que foram motivados em parte pelo espírito de poupança intrínseco neste tipo de aplicação, além disso, torna-se necessário ressaltar que em alguns casos esta aplicação ganhava sentido de capital político.

Além disso, podemos destacar que apesar das apólices serem vendidas no mercado capitais de Juiz de Fora, com suas características primárias, o investimento neste tipo de ativo financeiro era relativamente alto para a maior parte da população<sup>40</sup>. Todavia, veremos 59 indivíduos que adquiriam 12 ou menos apólices, estas pessoas representariam um grupo de investidores de classe média urbana, que juntos foram responsáveis pela compra de 209 ativos da dívida pública municipal, entre eles encontraremos inúmeras mulheres e/ou menores responsáveis por alavancar um capital de 41:800\$000, cifra que representaria cerca de 5% desta arrecadação extraordinária. Uma hipótese sobre o elevando número de indivíduos com reduzida quantidade de ativos é que estas apólices geravam uma renda fixa, enquanto elas não fossem resgatadas pela instituição emissora, sendo assim, sua compra funcionava como uma espécie de poupança.

O capital de origem cafeeira representou cerca de 60% de todo o montante arrecadado pela Câmara Municipal com o lançamento de 1893, os subscritores identificados como cafeicultores foram responsáveis pela aquisição de 2497 apólices que alavancaram 449:400\$000. Desta maneira, podemos notar que os recursos gerados pela cafeicultura foram responsáveis por financiar, indiretamente, a infraestrutura urbana de Juiz de Fora, seja através do pagamento de impostos ordinários ou mesmo criando receita extraordinária para Câmara Municipal via mercado financeiro<sup>41</sup>.

Desta maneira, ao estudar este tipo de investimento destacamos uma forma histórica de acumulação, que se dá através da renda do capital em função dos juros. Este tipo de aplicação financeira apresenta um aspecto fetichista próprio do moderno sistema capitalista, reforçado por um processo ininterrupto de transformação do capital em capital a juros<sup>42</sup>. As

---

<sup>40</sup> Em fevereiro de 1884 a média salarial da Fábrica de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira não ultrapassava 48\$257. Em maio de 1897 a mesma fábrica apresentava uma média dos salários pagos aos seus funcionários de 86\$064. In: OLIVEIRA, Luís Eduardo. *Os trabalhadores e a Cidade*. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. pp. 456-464.

<sup>41</sup> Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal – República. Série: 14 - 21/1 Caixa: 01.

<sup>42</sup> COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e capitalismo: um estudo sobre as trajetórias da riqueza financeira*. 1997. 167 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 1997.

apólices da dívida pública municipal, assim como outros ativos financeiros, podem assumir um caráter especulativo, especialmente por serem transferíveis, permitindo assim que elas se tornassem mais um componente do mercado mobiliário da cidade.

### *Conclusões*

Com limitação financeira dos municípios brasileiros no Império e durante a Primeira República, a arrecadação ordinária se mostrava insuficiente para a promoção de algumas melhorias materiais, consequência da própria dinâmica urbana que demandava certas intervenções no espaço, para torná-lo mais adaptado à vida social. Sendo assim, os lançamentos de títulos da dívida municipal se mostraram um importante mecanismo de arrecadação de recursos extraordinários com a finalidade de aplicá-los em obras públicas específicas. Grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não apenas lançavam títulos, como os mantinham cotados e negociados regularmente nas Bolsas de Valores. Outros municípios também emitiram títulos públicos como forma de complementação ou adiantamento de sua dotação orçamentária.

O circuito financeiro que se forma localmente foi responsável por promover a transferência de recursos dos setores agrários identificados como “tradicional” para os setores urbano-industriais tidos como “modernos”, ou seja, este movimento significou a inversão de capital dos setores superavitários para os deficitários da economia regional. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo se mantiveram mais integradas ao mercado de capital internacional, especialmente aos financiamentos de origem britânica vindos da Casa Rothschild, que muitas vezes estiveram ligados ao desenvolvimento material destes núcleos urbanos. Em 1890, a moratória argentina levou a Casa Baring à bancarrota, conseqüentemente houve uma retração do capital internacional enviado através de empréstimos para Brasil, já que a Casa Rothschild direcionou parte dos seus recursos para o socorro da Casa Baring. Este contexto de incerteza acabou gerando certa retração do crédito internacional, dificultando a penetração de recursos vindos do estrangeiro em cidades interioranas, reforçando a ideia sobre a importância dos circuitos financeiros locais na promoção do desenvolvimento do local/regional, assim ocorreu em Juiz de Fora.

Desta forma, o desenvolvimento urbano-industrial de Juiz de Fora, assim como de outras cidades da Zona da Mata, se coloca como um dos elementos que favoreceram a retenção de capital na própria região, em grande medida, devido ao surgimento de inúmeras oportunidades de investimentos, mesmo que a diferenciação entre “oportunidade” de lucros e

formas de barganha e imposição do poder local por parte de políticos e/ou investidores não seja muito nítida em um período em que a estruturação e a expansão dos mercados se colocam como a tônica das mudanças que marcam a economia brasileira.

*Referências bibliográficas:*

- BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à Ciência das Finanças*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- CASTRO, Aducto de Souza; D'AMORE, Domigos. *Contabilidade bancária e pública*. São Paulo: Saraiva, 1952.
- CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven. (eds). *The Global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America (1500-1989)*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e capitalismo: um estudo sobre as trajetórias da riqueza financeira*. 1997. 167 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas, 1997.
- DELGADO, Ignácio Godinho. Resenha – A “Europa dos Pobres” a belle époque mineira. *In: Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, nº 1, 1995.
- DUARTE, Felipe Marinho. *Mercado financeiro e Crédito Público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora*. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2013.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- FRIEDEN, Jeffry. *Global Capitalism*. New York: W.W. Norton & Company, 2007. HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- GUIMARAES, Heitor (org.). *Almanach de Juiz de Fora para 1898*. Juiz de Fora: Typografia Mattoso, 1898.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*. São Paulo: USP, 1973.
- LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica. *In: Revista HEERA*. Juiz de Fora, v. 4, nº 6, 2009.
- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870/1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda. Apresentação. *In: Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 1, nº 1, 1995.
- MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. *Comparative historical analysis in the Social Sciences*. Edinburgh: Cambridge, 2003.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Alysio. *Promptuario e Assessor dos Exactores do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- MCMILLAN, John. *A reinvenção do Bazar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói, 1990.
- NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1976.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo. *Os trabalhadores e a Cidade*. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1969.
- \_\_\_\_\_. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.
- PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 9. 1962.
- PIRES, Anderson, *Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.
- PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais. In: *Anais do III Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/Universidade do Ninho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)*. Vitória: GM Editora, 2011.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Labor, 1976.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- TAUNAY, Affonso de Escagnolle. *História do Café no Brasil*. V.9. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.
- VALVERDE, Orlando. O Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 20, n° 1. 1958.
- VARGAS, Milton (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Unesp/CEETEPS, 1994.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e poder: a busca de interfaces metodológicas. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: v. 3, n° 1, 1997.